

O QUE É TEORIA ARQUIVÍSTICA E PORQUE ELA É IMPORTANTE?¹ What is Archival Theory and Why is it Important?

Terry Eastwood

John Roberts tenaz e vividamente denunciou a ideia de uma teoria arquivística. Ele não acredita que ela possa ser desenvolvida para qualquer efeito útil. O cerne de seu argumento é que os arquivistas “salvam o que é historicamente valioso - pronto; isto é a teoria”.¹ Ele vê os arquivos quer como um conteúdo qualquer a ser explorado, quer como um contexto a ser elucidado para auxiliar a compreensão do significado desse conteúdo. Em ambos os casos, o conhecimento obtido deriva do conhecimento de outras disciplinas, mas esse conhecimento “não pode ser destilado em uma teoria arquivística coerente e que seja útil”.² Ele rejeita a ideia de que arquivos têm alguma característica em comum. “O trabalho arquivístico é intrinsecamente, inescapavelmente, *ad-hoc*. Não há nenhuma grande novidade...” e isso se deve à “variabilidade interminável de assuntos” dos arquivos.³ Roberts argumenta que a literatura arquivística é e deve ser unicamente voltada para questões técnicas e de procedimentos. No decorrer de seus argumentos, ele apresenta o núcleo de sua própria teoria. Para ele, o trabalho do arquivista consiste em saber como preservar as fontes para o estudo do passado, uma vez que é o uso dos arquivos como fonte para pesquisar o passado que conduz os processos de aquisição e seleção. Os assuntos que interessam são inventados por historiadores e, a seguir, os documentos de arquivo são identificados e preservados para satisfazer esses interesses. A dimensão avaliativa desse processo requer “a sabedoria do historiador especialista... não a destreza mecânica de um arquivista bem treinado”, enganado na procura por uma objetividade inatingível.⁴

Os argumentos de Roberts levantam questões sobre o que a teoria é em termos gerais; qual o objetivo da teoria na construção do conhecimento sobre arquivos; qual é o objeto da teoria arquivística, com o que se parece; e qual a relação da teoria com o método e a prática arquivísticas.

¹ Este artigo foi originalmente publicado em *Archivaria* 37, na primavera de 1994, páginas 122-130. Está disponível em: <<http://journals.stu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/download/11991/12954>>. Acesso em: 22 ago. 2013. Trata-se de uma crítica ao paper de John W. Roberts “Archival Theory: Much Ado About Shelving”, *American Archivist* 50 (Winter 1987). John W. Roberts, por sua vez, publicou uma resposta à crítica de Terry Eastwood no mesmo número de *Archivaria* 37, entre as páginas 131 e 133 (nota do tradutor). Tradução de Sérgio Conde de Albite Silva.

Definindo teoria

A palavra teoria vem do grego *theoria* e, mais diretamente, no uso moderno, do latim *teoria*, significando um olhar, visão, contemplação ou especulação. Em inglês, a palavra significou “perspectiva mental” ou “contemplação” desde o fim do século XVI. Este sentido da palavra “teoria” foi utilizado por Norris ao escrever, em 1710, que o “conhecimento especulativo contempla a Verdade em si mesma e, nesse sentido, para e fica nessa contemplação, e isso é o que comumente chamamos de teoria”.⁵ Nós reagimos instintivamente frente ao uso da palavra “verdade” hoje em dia, mas é claro que Norris usa essa palavra para indicar a compreensão da natureza do objeto da contemplação. Toda a busca humana para compreender o natural e o mundo social implica estudar, de uma maneira ou de outra, a natureza dos objetos ou fenômenos para explicar suas características e propriedades. Qualquer busca por explicar a natureza de uma coisa por si só, apenas para saber qual é a sua natureza, é teórica. Esta é uma visão do que é uma teoria: a contemplação de um objeto para compreender a sua natureza.

Um segundo sentido de teoria é mais complexo porque foi formulado a partir da construção de um conhecimento formal. Apresenta ideias sistemáticas para explicar ou relatar fatos ou fenômenos observados. Uma teoria nesses termos consiste em uma proposição ou um conjunto de proposições estabelecidos pela observação ou confirmados por experimentos, e geralmente aceitos como explicação de fatos ou fenômenos conhecidos. Playfair, escrevendo em 1819 sua “Filosofia Natural”, observou que, “muitas vezes, uma teoria é nada mais que um artifício para compreender um certo número de fatos resumidos em uma expressão”. Assim como nós suspeitamos das noções de verdade, em função da perspectiva relativa de quem observa algo, nós também devemos considerar a dificuldade que existe em se estabelecer os fatos sobre qualquer assunto determinado. Quer se pense que fatos são da natureza das coisas e que, portanto, existem para ser descobertos, ou que fatos são gerados pelo pensador no processo de pensar sobre as coisas, no fim, fatos são características ou atributos das coisas que procuramos entender. Em qualquer tentativa racional, fazemos distinção entre estabelecer os fatos de um assunto ou interpretar ou concluir sobre eles. Esta distinção é, em última análise, uma formulação mental, mas uma formulação necessária em toda construção do conhecimento.

Proposições ou hipóteses são muitas vezes confundidas com teorias. “A palavra teoria”, como observou James Mill em 1869, “foi pervertida para significar uma operação... que... consistiria em estabelecer supostas questões como questões observadas. Teoria, na verdade, tem sido confundida com hipótese”. Uma teoria não é a suposição inicial de uma

reflexão. É muito mais uma construção mental derivada da observação para explicar a natureza do objeto de atenção.

A dificuldade de ver claramente o que é uma teoria torna-se maior quando percebemos que o método de pensar pode ser dedutivo ou indutivo, isto é, trabalhar do geral para o particular ou do particular para o geral. Ao usarmos a dedução, generalizamos e, em seguida, verificamos se a generalização se concretiza em um caso particular. Ao usarmos a indução, examinamos um caso para chegar a alguma proposição geral, e, em seguida, examinamos outras situações para confirmar o caso. A dedução favorece a unificação do esforço científico para procurar os fatos gerais e princípios de uma coisa que seja comum a todas as suas instâncias. Aqueles que usam a dedução acreditam que “somente o pensamento pode apreender o real”.⁶ A indução favorece a diversificação da ciência para revelar a variedade de expressão ou comportamento da coisa. Aqueles que usam a indução acreditam que a investigação empírica pode descobrir a realidade. Ambos os métodos apoiam-se na observação para construir a generalização no interesse da compreensão da natureza da coisa. É interessante notar que as generalizações não podem ser observadas; elas têm que ser pensadas e, ao serem pensadas metodologicamente, formarão uma teoria.

Uma vez que generalizar está no cerne do entendimento sobre as coisas do mundo e da busca para controlar essas coisas, todos os objetos e as ações que empreendemos em ambas situações estão sujeitos a um impulso teórico. Tomando esses aspectos como nosso ponto de partida, podemos agora olhar para o propósito da teoria no processo de construção do conhecimento sobre arquivos.

O propósito da teoria arquivística

Quando a contemplação é codificada em um estudo disciplinado, nós entendemos a teoria como parte de um assunto técnico dedicado a elucidar os fatos gerais, princípios ou proposições sobre determinado assunto, distinguindo-a da prática do mesmo. Um estudo formal, por definição, opera com alguns princípios estabelecidos e racionais, que constituem o seu método. Nas disciplinas que se ocupam da construção do conhecimento, a teoria se compõe de ideias sobre o objeto que se contempla, o método consiste em ideias sobre como proceder ao contemplar o objeto, e a prática consiste na aplicação da teoria e do método para expandir esse conhecimento. Tais disciplinas são puras no sentido de que quem busca esse conhecimento não age sobre os objetos observados, embora hoje seja amplamente reconhecido que os observadores participam ou tornam-se parte da coisa observada, ou seja, não podem abstrair-se completamente da realidade que observam.

A busca do conhecimento por si só, que caracteriza as disciplinas puras, frequentemente se diferencia da aplicação do conhecimento pelas profissões para auxiliar na condução dos assuntos humanos. Nas disciplinas aplicadas, a prática não é a mesma que nas disciplinas puras, que se esforçam unicamente para aumentar o conhecimento. A prática em uma disciplina aplicada não está voltada diretamente para a construção do conhecimento, mas muito mais sobre a ação para alcançar alguns fins socialmente desejados. É possível submeter essa ação, os métodos dos procedimentos e os seus efeitos à observação e à contemplação, mas não separar a compreensão da natureza do objeto ao qual a ação está direcionada. Por exemplo, o assistente social não pode agir sem algum conhecimento da natureza humana e das estruturas sociais. Uma vez tendo atuado, o assistente social pode, então, pensar sobre as ações desenvolvidas, mas não sem levar em conta as condições em que estas ações foram produzidas, isto é, as condições de certos pressupostos do conhecimento sobre o comportamento humano e social. A disciplina Serviço Social não desenvolve o conhecimento sobre tal comportamento. Esse é o trabalho de disciplinas puras como Psicologia e Sociologia. Então, as profissões têm apenas métodos, práticas e alguma reflexão, mas nenhuma teoria? Essa é a alegação de Roberts no caso da profissão arquivística.

Essas profissões atuam no mundo fingindo que constroem conhecimento para fundamentar sua ação da mesma forma que as disciplinas puras para construir conhecimento em si. Toda disciplina aplicada opera com base em algum corpo abstrato do conhecimento. A questão é: como as disciplinas aplicadas desenvolvem a sua base de conhecimento, e qual o papel da teoria nesse conhecimento?

Roberts pressupõe que o aspecto teórico do conhecimento do arquivista tem de ser extraído de outras disciplinas. Ele também nega que haja qualquer consistência na prática, porque a ação [do arquivista], de qualquer forma, deve ser adaptada às particularidades, ou mesmo à singularidade, de cada arquivo. Falar de métodos universais nestas circunstâncias é, para ele, ridículo. Este seria o caso se a construção de seu pensamento fosse correta.

Profissões efetivamente tentam controlar algumas circunstâncias no mundo, mas a sua prática consiste em elaborar esquemas de comportamento ou de ação para se adequarem à natureza dos objetos da ação. Se a teoria é a contemplação da natureza de um objeto ou de um fenômeno visto como objeto, então, nas disciplinas aplicadas, a teoria e seus métodos para determinar a natureza da coisa a ser tratada devem vir antes e, em grande parte, condicionar a prática e seus métodos. Ainda que uma disciplina aplicada possa depender do conhecimento de outras disciplinas para construir sua imagem teórica da natureza das coisas em que atua, não se pode aceitar diretamente este conhecimento como a sua teoria, porque os fundamentos de sua teoria devem estar adequados à sua perspectiva

e aos seus fins. Estas questões são resolvidas na evolução do discurso da disciplina da mesma forma como é desenvolvida a sua maneira de contemplar a natureza das coisas importantes para si. Assim, a teoria, uma vez estabelecida sobre a natureza do objeto em que a ação é realizada e sobre a ação em si, pode ser desenvolvida por sua própria conta – da mesma forma como a construção do conhecimento nas disciplinas puras.

Um outro aspecto em uma disciplina aplicada é que a teoria se relaciona com o método e a prática no sentido de que nada da teoria, se seus princípios estiverem corretos, vai ser contrariada pelo método e pela prática. Assim, se o método e a prática baseiam-se na teoria, eles podem se tornar um teste da teoria. Se o método e a prática baseados em uma teoria não funcionarem, pode haver algo errado com a teoria. Por outro lado, os métodos e práticas que não se baseiam numa teoria podem, presumivelmente, ser julgados somente em termos pragmáticos; tenham ou não atingido os fins práticos definidos para eles no início. Nada que chega sistematicamente à mente anima o exercício. Roberts tem uma visão pragmática da função do arquivista. Claro, essa é sua prerrogativa. Mas ele também nega que uma abordagem teórica é possível.

O objeto da teoria arquivística

Roberts é forçado a ter esse ponto de vista em função de sua suposição teórica central, isto é, que a natureza essencial dos arquivos está ligada ao seu valor como fonte histórica. Para repetir suas palavras, arquivistas “salvam o que é historicamente valioso - pronto; essa é a teoria”. O problema com este ponto de vista sobre os arquivos é que faz deles algo a ser considerado apenas na filosofia e na escrita da história. Isto é o que presumivelmente Roberts quer dizer quando afirma que a única perspectiva teórica adequada sobre os arquivos é a historiográfica. Sua conclusão é coerente com a sua premissa, mas a validade de sua premissa pode ser posta em dúvida.

Da necessidade e da perspectiva do arquivista, os arquivos não são matéria de fonte histórica. O primeiro objeto da teoria arquivística é a natureza dos documentos de arquivo. A Arquivologia, como disciplina, consiste na construção do conhecimento sobre documentos de arquivo e na ação sobre eles de forma metódica para proteger as propriedades que possuem. Assim, a grande questão teórica é o que são essas propriedades que precisam ser protegidas, e por que precisam.

As raízes da teoria arquivística podem ser encontradas em certos antigos princípios legais e administrativos. Para administrar os negócios, e no curso da administração dos

negócios, certos documentos são criados para registrar os fatos de uma ação para futura referência, para prolongar a memória de atos e ações de todos os tipos, e para torná-los duradouros. Inerente à essa concepção da capacidade do documento em prolongar a memória e preservar a evidência de atos no tempo, se estabelece uma relação do documento com o ato, com o evento ou com o fato. O negócio em questão, a coisa a ser feita, produz o documento que, em seguida, se destaca como um veículo ou um dispositivo para acessar o fato e ato.⁷ Documentos desse tipo passaram, então, a ser considerados aquilo que os juristas chamam de fé plena ou fé pública – ou, como diríamos, portadores de prova fidedigna de um fato ou ato – se forem preservados em um lugar adequado e de acordo com procedimentos administrativos estabelecidos e conhecidos. A partir dessa base, a disciplina do arquivista como guardião dos registros cresceu.⁸

Essa disciplina sustenta-se em duas proposições que, certamente, necessitam de ampla contemplação: que documentos de arquivo atestam os fatos e atos, e que sua confiabilidade depende das circunstâncias de sua produção e preservação.

Durante séculos, os documentos de arquivo foram acumulados e mantidos pelo poder público para atestar os atos que tinham importância a longo prazo na condução de assuntos públicos e privados. O documento registra o ato e fornece os meios para comprovar o ato e os direitos e obrigações associadas a ele. Na maioria das vezes, os atos a serem registrados e documentados estavam associados a direitos de propriedade, tributação, dívidas, sucessão legal e afins. No entanto, com a propagação da alfabetização e com o crescimento de instituições públicas e privadas, os repositórios públicos de memória e de fé pública deram lugar à gestão de documentos correntes nas administrações de todos os tipos. Cada um desses fundos de documentos arquivísticos passaram a conter, então, os resíduos e as provas das transações de negócios, provendo os meios para prestar conta deles. Este potencial de prestação de contas é o valor intrínseco dos arquivos, um valor delimitador de sua natureza.

No período que vai da Antiguidade até o final do século XVIII, esses pensamentos sobre os documentos de arquivo ocorriam tanto entre juristas preocupados com as propriedades de prova dos documentos de arquivo, como entre as partes interessadas em mantê-los para fins administrativos, ou entre aqueles que estavam interessados em estabelecer a confiabilidade de documentos para provar algum fato ou ato (tais como, por exemplo, os diplomatas do século XVII, que nos forneceram o primeiro modelo analítico para a compreensão da natureza do documento único de arquivo).⁹ Assim, os arquivos passaram a ser vistos como parte integrante do fundo total de artefatos que poderiam ser usados para obter conhecimento da experiência humana.

Os textos da Arquivologia moderna baseiam-se nesse conjunto inicial de reflexões e experiências sobre arquivos, mas que, muito significativamente, surgem associados com os esforços para preservar as fontes do passado em instituições dedicadas a essa finalidade. O resultado é a perspectiva moderna sobre os arquivos. Escritores modernos caracterizam arquivos como um conjunto de documentos produzidos por organizações ou pessoas no decorrer de suas atividades, garantindo as propriedades desses conjuntos de documentos e os meios de seu tratamento. Muita confusão surge sobre o papel da teoria na sua relação com o método e a prática; isto ocorre porque os textos modernos – pelo menos a maior parte dos escritos em inglês – têm se preocupado mais com os meios de tratamento do que com as questões das propriedades da matéria em si. É útil resumir algumas das principais propriedades dos arquivos apresentados nesses escritos; refletir sobre eles pode fornecer respostas para várias das questões levantadas pelas alegações de Roberts. A explanação dessas propriedades constitui a ideia central da teoria arquivística. Em cada caso, a explanação de uma propriedade difunde alguma característica universal ou alguma qualidade dos arquivos. São estas propriedades que precisam de proteção; logo, a aplicação do método e a prática advêm da teoria.

A primeira característica dos arquivos – a sua imparcialidade – estabelece uma perspectiva arquivística sobre a relação entre os fatos e a sua interpretação; e é isso o que Frank Burke propõe que a teoria arquivística investigue.¹⁰ A noção teórica de imparcialidade na Arquivística é muito mal entendida, até mesmo, suspeita-se, por Schellenberg, que a omite em sua discussão sobre as qualidades essenciais dos arquivos.¹¹ Como os documentos de arquivo são criados como um meio de expressar a ação e como um produto dessa ação, eles estão, como afirma Jenkinson, “livres da suspeita de causar dano em função dos interesses em que nos baseamos agora para usá-los”. Isso não significa que seus produtores e autores estão livres de provocarem danos, só que os motivos e as circunstâncias de sua criação asseguram que eles não foram escritos “para interessar ou com o propósito de informar a posteridade”, como Jenkinson diz.¹² Se o documento é imparcial nesse sentido, nós podemos confiar em seu registro fiel dos fatos e atos do mesmo. É claro que, se ele for posteriormente corrompido por interesses, esta qualidade é prejudicada. Como os documentos de arquivo têm esse compromisso de fidelidade aos fatos e atos, eles também ameaçam revelar fatos e atos que alguém preferisse não ver revelados. Proteger os documentos da corrupção é, então, um dever dos arquivistas, cujos métodos e práticas precisam ser desenvolvidas, na medida do possível, para preservar essa imparcialidade.

A imparcialidade também não significa que o intérprete do documento deva entender que o documento de alguma forma reproduz um ato ou evento. O contexto maior

do evento e o contexto de utilização do usuário do documento deixam muito espaço para complicar o quê de verdade imparcial pode derivar do documento, em termos teóricos. Assim como o uso não corrompe o documento, a fidelidade ao evento que o documento possui permanece inalterada. Então, todas as questões de uso interpretativo do documento não têm importância para a teoria arquivística. Elas se encontram fora de seus limites e preocupação; e não dentro, como Burke frisa, ou mesmo como sugeririam as suspeitas de Roberts sobre a objetividade da perspectiva arquivística.

A segunda característica dos arquivos é a autenticidade, que depende da produção, manutenção e custódia. Arquivos só são autênticos quando são criados pela necessidade de se agir por meio deles e quando são preservados e mantidos pelo criador e seus legítimos sucessores como testemunha fiel dos fatos e atos que registram. Para serem autênticos memoriais de atividades passadas, os documentos devem ser produzidos, mantidos e conservados de acordo com procedimentos metodológicos reconhecidos. Naturalmente, essas contingências - que dotam o documento de autenticidade - são observáveis, não no próprio documento, mas nesses procedimentos metodológicos. Portanto, o escopo da teoria arquivística ultrapassa os documentos ao englobar aspectos do contexto processual de sua produção e preservação. Ou seja, a teoria considera não apenas os métodos e as práticas dos repositórios históricos, mas também os métodos e as práticas pelos quais documentos são gerados e preservados desde o momento de sua criação e ao longo de sua existência. Muitos documentos de arquivo desviam-se desse domínio legal de custódia contínua. Eles podem ainda ser documentos com valor evocativos do passado, mas seu valor de prova fica prejudicado. Enquanto são feitas tentativas para reparar essa perda, seja através da coleta de evidências sobre a história dos documentos em questão, seja por meio de sua análise interna, sua confiabilidade como prova torna-se suspeita em comparação com os arquivos mantidos em custódia legal contínua.

A terceira e a quarta características, a naturalidade e a inter-relação, referem-se à maneira como os documentos de um arquivo são acumulados no decurso das transações de negócios, conforme as necessidades das questões pertinentes. Eles são naturais no sentido de que não são acumulados para alguma finalidade fora das necessidades administrativas de produzi-los, e nem são reunidos em algum esquema que não seja o de servir essas necessidades, como são os objetos de um museu ou os documentos de uma coleção de biblioteca. Os documentos de qualquer arquivo têm, então, as suas relações estabelecidas pelo curso da conduta dos negócios e de acordo com suas necessidades. A relação entre os documentos e os negócios torna-se axiomática a ponto de jamais um único documento arquivístico ser memória suficiente

do desenvolvimento de uma atividade passada; eles são interdependentes em razão de seu significado e de sua capacidade de servir como prova das atividades que os geraram. É por isso que a teoria arquivística reside no elo vital entre a atividade funcional e o documento, e na estrutura da documentação administrativa. Compreender que a atividade funcional produz os documentos e sua estrutura torna-se vital para o desenvolvimento do método e da prática.

Quando Roberts supõe que a contemplação da natureza dos tópicos função e estrutura - tal como acontece quando se determina o que é uma série - valoriza a técnica, ele perde a importância teórica de se definir como um arquivo se forma em termos gerais. Sem alguma compreensão da dinâmica da naturalidade e da inter-relação, o tratamento tende a prejudicar o vínculo funcional e estrutural que une os documentos em um todo e cuja integridade é importante para o seu sentido, significado e valor de prova. Nem a erudição dos interesses históricos de Roberts em garimpar o conteúdo de documentos, nem o seu arquivista - um técnico de mente mecânica - têm chance de perceber e preservar esse aspecto da integridade arquivística. Precisa-se da teoria para perceber essas características e isto requer métodos concebidos à luz da teoria para preservá-las. Não são difíceis de achar exemplos de historiadores que organizaram documentos de arquivo para seus próprios propósitos, e de mecanismos de um ou outro tipo que esquematizaram uma ordem e destruíram a integridade.

A última característica é a unicidade. Cada documento tem um lugar único na estrutura de um arquivo. Cópias de um documento podem existir no próprio arquivo ou em outros. Mas cada um é único em seu lugar. Estar lá demonstra a sua relação com a atividade que o produziu e com os outros documentos acumulados no decorrer dessa atividade. Então, cada documento de arquivo, quer tenha mais de uma cópia ou não, é único. É preciso também considerar que a informação ou o conteúdo de qualquer documento arquivístico, entendido como um conhecimento do mundo, pode ou não pode ser único. Claro que a informação de um documento *no seu contexto* e na sua relação com outros documentos de um arquivo é única. Hoje em dia, no entanto, muito do conhecimento que pode ser obtido a partir dos arquivos está disponível em diversos lugares, e geralmente em formatos mais adequados e acessíveis. Isso só reforça a ideia de que os arquivos não podem ser tratados exclusiva ou prioritariamente pelas informações que carregam. Esta é uma proposição teórica resultante da observação da natureza dos arquivos, à qual algumas autoridades modernas aderem e outras não, o que demonstra que ideias teóricas não são doutrina; elas estão abertas ao debate.

Conclusão

Estes cinco conceitos explicam porque os arquivos não podem ser tratados unicamente pelo seu conteúdo ou pelas informações que contêm, o que é basicamente o que Roberts argumenta. Nem a História, a Biblioteconomia ou qualquer outra ciência explicam a natureza dos arquivos em termos apropriados para os objetivos do arquivista. É por isso que podemos reivindicar um *status* de autonomia para a Arquivística, digno de ser desenvolvido em suas dimensões teóricas, metodológicas e práticas para a construção de um corpo coerente de conhecimento.

O ponto de partida é a teoria, que visa ampliar o conhecimento sobre a natureza dos arquivos a fim de definir uma estrutura intelectual para seus métodos e práticas. A teoria, como ponto de partida, estabelece as características comuns a todos os arquivos. As cinco características que eu identifiquei são frequente e amplamente mencionadas na literatura arquivística, de uma maneira ou de outra. Elas constituem a teoria orgânica dos arquivos. Evidentemente, esta ideia está totalmente aberta para que estudiosos demonstrem que uma, ou mesmo todas, não são características universais dos arquivos e, portanto, sem valor nas preocupações gerais do arquivista. Da mesma forma como está aberta para que se desenvolvam outras ideias sobre a natureza dos arquivos, seus métodos e práticas.

Muitos aspectos de natureza teórica precisam ser elaborados. Por exemplo, estamos longe de compreender o que entendemos por função em Arquivística e como as funções regem a produção de documentos. Isto é especialmente importante em um ambiente administrativo asfixiado pela gestão de informações e sufocado por tecnologias que surgem como ameaça à integridade dos arquivos. Se as cinco características constituem uma teoria orgânica dos arquivos, a validade ou não dessa teoria - mesmo em um ambiente documental de constantes mudanças - é algo que deveríamos estudar. É a confiabilidade das evidências dos fatos e atos que está em jogo e, com isso, nossa capacidade de julgar ações passadas em relação a tudo o que fizemos.

No final, então, a teoria se torna mais do que a contemplação da natureza dos arquivos quando ela apresenta ideias sobre os propósitos ou o papel que os documentos de arquivos desempenham nas relações sociais. Uma vez que as pessoas usam regularmente documentos de arquivo para recuperar a memória de uma ação - e, tendo-o feito, para julgá-la em algum contexto - isso confere um certo sentido de missão às atividades arquivísticas. A teoria determina a agenda social dos arquivistas, que ficam como protetores de provas capazes de garantir que as relações sociais podem ser estabelecidas com base em causas objetivas - ou seja, com base na evidência de fatos e atos. É inevitável a discussão sobre

o que os fatos são, o que os atos foram, ou como melhor julgá-los, mas se os arquivistas procederem e agirem à luz da teoria, cada um dos argumentos nessa discussão terá a mesma qualidade da prova garantida pelos arquivos.

No fim, então, todas as ideias sobre a natureza dos arquivos, as circunstâncias que condicionam as suas qualidades e os fins para os quais eles são gerados e usados, são temas de análise sob a perspectiva do arquivista. Se a teoria em sentido lato não é senão a análise das ideias, todos os aspectos de temas, métodos e práticas abordados pela sociedade, e pelo arquivista atuando para a sociedade, são teóricos. Como John Roberts pensa que a natureza dos arquivos é matéria de fonte histórica e que os métodos e práticas de tratar os arquivos existem para servir à pesquisa histórica (e pensa, implicitamente, que o objetivo e o valor dos arquivos está entendimento histórico da sociedade), pode-se dizer que ele apresenta uma teoria de arquivos, mas, em última análise, essas ideias nada significam para o arquivista, como ele mesmo percebe.

Focar nos arquivos como fonte do passado ou na sua utilidade para a pesquisa e a escrita da história ou ainda no seu valor para a historiografia como um veículo para promover a compreensão do passado, levanta questões que fogem das necessidades ou da competência dos arquivistas para responder e, necessariamente, permite que Roberts denigre um conceito importante da teoria arquivística. Mais do que tudo, todo esse seu pensamento improdutivo recomenda uma outra abordagem sobre a teoria arquivística, decorrente da compreensão da natureza dos arquivos e de um processo racional para desenvolver métodos de tratar os arquivos com o objetivo de proteger suas características e seu valor intrínseco, e a fim de promover a sua utilização benéfica para todos e quaisquer fins.

Notas

¹ John Roberts, "Archival Theory: Much Ado about Shelving", *American Archivist* 50 (Winter 1987). p. 70.

² John Roberts, "Archival Theory: Myth or Banality?", *American Archivist* 53 (Winter 1990). p. 117.

³ *Ibid.*, p. 112.

⁴ *Ibid.*, e "Much Ado about Shelving", p. 71, onde ele cita Gregg D. Kimball, "The Burke-Cappon Debate: Some Further Criticisms and Considerations for Archival Theory", *American Archivist* 48 (Fall 1985). p. 372-73 em apoio à sua tese de que "não é razoável esperar que a comunidade arquivística esteja apta a formular teorias para habilitá-la a transcender suas amarras culturais".

⁵ Esta citação e as demais de Playfair e Mill vêm do *A New English Dictionary on Historical Principles*, 1st edition (1901), [no verbete] "teoria".

⁶ As palavras são de Einstein, citado em Freeman Dyson, *Infinite in All Directions* (New York), p. 44, quando fala de variáveis e invariáveis na história da ciência.

⁷ O sociólogo Raffel, no decurso de uma investigação em documentos médicos de um hospital, expressa o ponto que quero chegar nestas duas instruções:

(1) Os eventos não são vistos como produzidos pelos documentos, mas os documentos são vistos como produzidos pelos eventos;

(2) Os eventos podem ocorrer e não serem documentados, mas os documentos não existem sem o eventos. Estas declarações revelam muito bem dois pontos importantes. Eventos ou atos produzem documentos, mas

nem todos os atos produzem documentos. Somente aqueles atos aos quais se fará referências adicionais produzem documentos. Por conseguinte, arquivos nunca são um registro completo das ações, mas apenas daquelas cuja memória é necessária. Isto sozinho acaba com a noção da capacidade dos arquivos de "documentar a sociedade" ou com a noção de fornecer um registro completo do passado. Stanley Raffel, *Matters of Fact: A Sociological Inquiry* (London, 1979), p. 24.

⁸ Luciana Duranti, "The Odyssey of Records Managers", *Records Management Quarterly* 23 (July 1989), pp. 3-11 and (October 1989), p. 3-11 apresenta esta história. Consulte também o seu artigo, "The Concept of Appraisal and Archival Theory", *American Archivist* (no prelo), onde ela discute os conceitos de memória perpétua e fé pública.

⁹ Sobre os diplomatas, consulte Luciana Duranti, "Diplomatics: New Uses for an Old Science", *Archivaria* 28 (Summer 1989), p. 7-27.

¹⁰ Frank Burke, "The Future Course of Archival Theory in the United States", *American Archivist* 44 (Winter 1981), p. 42-43.

¹¹ T.R. Schellenberg, *Modern Archives: Principles and Techniques* (Chicago, 1956), p. 11-16.

¹² Hilary Jenkinson, *A Manual of Archive Administration* (Oxford, 1922), p. 11-12.

Adendo²

Terry Eastwood

Em razão do momento em que foi produzido, o artigo acima explorou de maneira insuficiente tanto a teoria geral como a teoria arquivística. Este curto adendo visa fornecer um pequeno remédio para essa deficiência.

Primeiro, devemos fazer uma distinção entre teoria, que é exploratória, e discurso, que é determinístico. Como observa Wolfgang Iser, "o discurso estabelece limites e a teoria os rompe"³. Esta distinção ganhou relevância na literatura do campo arquivístico nos últimos anos, na medida em que muitos escritores, influenciados pelos discursos pós-modernista e pós-colonial, vêm tentando trazer ideias daquelas esferas de discurso para o discurso arquivístico. Neste processo, eles questionaram alguns dos conceitos discutidos neste artigo, mas não discutiram mais profundamente os aspectos teóricos desses conceitos. Ao contrário, estavam preocupados com questões como a situação dos arquivos na sociedade, para que serve a preservação dos arquivos, as tendências de suas práticas, e assim por diante. Esse discurso situa-se um pouco na linha da "filosofia social e política" nas questões arquivísticas sobre "as reivindicações conflitantes que pairam sobre os arquivistas acerca de política, lei, princípios éticos, valores morais, razão, método científico, poder tecnológico, questões epistemológicas da administração governamental, e sociedade" com

² Quando autorizou a publicação da tradução para o português de seu artigo, Terry Eastwood escreveu e sugeriu a inclusão deste adendo com objetivo de atualizar a sua posição em relação ao texto original (nota do tradutor).

³ ISER, Wolfgang. *How to do theory*. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell Publishing, 2006

a qual Brien Brothman instou seus colegas arquivistas a "moverem-se da periferia para o centro do discurso arquivístico"⁴. Iser também observa que é possível que nós precisemos dessas formas contrastantes de discurso e teoria para lidar com a nossa realidade. No entanto, seria errado entender esse recente discurso arquivístico como teoria, mesmo que esse recente discurso no campo arquivístico tenha questionado os conceitos arquivísticos, que, sem dúvida, precisam de uma exploração teórica mais profunda.

Iser é um especialista em teoria literária, mas faz uma distinção útil entre a teoria *hard* das ciências físicas e a teoria *soft* das humanidades. Evidentemente, a teoria arquivística faz parte da categoria de teorias *soft*, as quais, diz Iser, "delineiam padrões" e usam metáforas como conceitos abertos. Tais teorias *soft* "são aceitas por parecerem razoáveis e não por serem testadas (como na teoria *hard*), e tal aceitação é mais frequentemente produto de sua relativa persuasão do que de uma decisão". Apesar dos questionamentos, a teoria orgânica dos arquivos – que, deve ser dito, necessita de uma exploração teórica adicional e de longo alcance – ainda permanece como a base fundamental para a prática arquivística no mundo. Por exemplo, as muitas práticas arquivísticas que prejudicam a imparcialidade e a autenticidade dos arquivos precisam ser entendidas como um sinal que deveria nos levar de volta a esses conceitos para articulá-los em termos mais matizados, mas isso não significa abandonar completamente esses conceitos. O debate não deveria ser sobre se o nosso campo tem uma teoria ou não, mas sim como ampliar a compreensão dos arquivos em função de nossas práticas. E, certamente, parte desse processo é aprofundar a teoria arquivística.

Vancouver, Canada
31 de outubro de 2013

⁴ BROTHMAN, Brien. *Afterglow: Conceptions of record and evidence in archival discourse*. *Archival Science*, 2: 311-342, 2002.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS ARQUIVOS PESSOAIS: CONHECER OS ARQUIVOS PESSOAIS PARA COMPREENDER A SOCIEDADE

Lucia Maria Velloso de Oliveira¹

RESUMO

O artigo discute o lugar dos arquivos pessoais na construção da memória coletiva e o papel da descrição na ampliação do uso desses arquivos, considerando os diferentes métodos que podem ser aplicados para a potencialização dos conjuntos documentais produzidos na vida pessoal.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Memória; Descrição arquivística; Métodos

Archival description and personal archives: knowing the personal archives to understand the society.

Abstract

The article discusses the place of personal archives in the construction of collective memory and the role of description in enlarging the use of archives, considering the different methods that can be applied to empower the collections produced in the personal life.

Keywords: *Personal archives; Memory; Archival Description; Method.*

1 Introdução

Os arquivos pessoais, apesar de não ocuparem um lugar privilegiado na formulação e implementação de políticas arquivísticas públicas, representam um conjunto relevante de registros que constituem parte da memória coletiva. Inúmeras questões são importantes para a análise do lugar que ocupam na construção dessa memória, mas vamos nos concentrar em dois aspectos que consideramos centrais:

- a. a especificidade da produção dos arquivos pessoais e a importância de sua preservação para a memória coletiva e compreensão da sociedade em sua pluralidade; e
- b. a descrição arquivística como principal meio promotor dos usos dos acervos e do reconhecimento, pela sociedade, da relevância dos arquivos.

O artigo apresenta as principais reflexões decorrentes do desenvolvimento do projeto de pesquisa *Arquivos pessoais de valor histórico*, dentro do Programa de Incentivo à Produção de Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura, da Fundação Casa de Rui Barbosa. O projeto, iniciado de forma institucionalizada a partir de 2008, reflete uma inquietação anterior decorrente do processo de disponibilização das informações sobre os acervos na *web* e das novas formas de pesquisa: sem a mediação do arquivista, o usuário vem indicando uma maior dificuldade de identificar o potencial dos arquivos quando diante de modelos tácitos de arranjo para arquivos pessoais ou de padrões de descrição.

Assim, o projeto tem como objetivo central - utilizando como campo empírico os arquivos e coleções sob a custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da instituição - a elaboração e implementação de uma metodologia de arranjo e descrição de arquivos pessoais e familiares fundamentada na reconstrução dos contextos arquivísticos, na representação dos acervos de forma a assegurar a expressão dos papéis sociais dos titulares, e em facilitar o atendimento ao usuário. A fundamentação teórica adotada está baseada nos princípios arquivísticos da proveniência, do respeito aos fundos e da ordem original. Os métodos mais utilizados são o quantitativo, o comparativo, a identificação arquivística, o tipológico e o indiciário. Ao longo do artigo, vamos falar sobre esses métodos e sua aplicação.

Como campo empírico, foi utilizado um conjunto de arquivos e coleções da FCRB, a saber: os arquivos de Américo Lourenço Jacobina Lacombe, Rui Barbosa, João Pandiá Calógeras, e as coleções Ubaldino Amaral, Coleção José Antunes Rodrigues de Oliveira Catramby e Família Barbosa de Oliveira.

¹ Doutora em História Social pela USP; Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF; Chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: luciamaria@rb.gov.br.